

Assembleia da República  
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 3/2942

Classificação

05 03 02

Data 09 05 22



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA Número 2487 / x ( 4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>25 / 05 / 2009</u>
Q Secretário da Mesa <u>Recorreio</u>

Assunto: Situação na empresa de construção civil URBANOP –  
Obras Públicas, Lda., Póvoa de Lanhoso

*Por determinação de S. E. U. P. A. R. à  
Sra. Secretária da Mesa*

Destinatário: **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social**

09.05.22

*[Handwritten signature]*

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

A empresa em epígrafe encontra-se em manifestas dificuldades económico-financeiras, levando à apresentação do pedido de insolvência em Maio, que terá sido aceite. Os trabalhadores que continuaram a trabalhar têm salários em atraso, pelo menos desde Abril, e há dívidas avultadas a subempreiteiros, criando a estas pequenas empresas idênticas dificuldades.

Simultaneamente, são conhecidas movimentações de equipamentos e materiais da empresa, com destino a Angola, causando acrescidas preocupações sobre o futuro dos postos de trabalho e dos créditos vencidos a terceiros.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que avaliação fazem da situação os departamentos regionais dos Ministérios da Economia e Inovação, do Trabalho e da Solidariedade Social e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações? Qual a situação da empresa face ao fisco e à segurança social?
2. Que medidas estão em curso para assegurar os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores, bem como as responsabilidades financeiras para subempreiteiros e fornecedores?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

3. Tem o Governo conhecimento das intenções da empresa se deslocar para Angola? Que medidas estão tomadas para que tal não se traduza no encerramento da empresa em Portugal?
4. Decretado o pedido de insolvência, que medidas estão em curso para a sua possível reestruturação e viabilização?
5. Recebeu a empresa ajudas públicas? Quanto e quais?

Palácio de S. Bento, 21 de Maio de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes